

CÂMARA MUNICIPAL

Tangará da Serra - Mato Grosso

PARECER DO CONTROLE INTERNO № 008/SCI-AP/2021

TRATA-SE DE PARECER REFERENTE REQUERIMENTO DO SERVIDOR ADRIANO SERBATE RELATIVO À PEDIDO DE PROGRESSÃO.

Examinamos o pedido do servidor Adriano Serbate, de progressão conforme art. 17, § 1º, da Lei 143/2009, sem a apresentação de certificado de conclusão de sessenta horas de cursos de capacitação ligados à sua área de atuação.

Os requisitos para a concessão do beneficio foram observados. Deste modo, o parecer é favorável à concessão de uma referência se cumpridas as exigências de ser a progressão anual, de aniversario de tempo de serviço e do momento de pedir, bem como a dotação orçamentária disponível.

Em que pese a Lei nº 173/2020 proibir o aumento de despesas com pessoal, a contagem de tempo de efetivo exercício e criar vantagens aos servidores até 31/12/2021, essa proibição só alcança os municípios que decretaram estado de calamidade pública devidamente aprovada pela Assembléia Legislativa de MT, via decreto, o que não é o caso de Tangará da Serra. Ainda, sobre a possibilidade de estarmos suscetíveis aos mandamentos da referida lei, no art. 8º, I, é claro o posicionamento de exceção de benefícios que derivam de decisão judicial e/ou de legislação anterior à Lei 173/2020.

Dessa forma, entendemos que não estamos obrigados a cumprir seus condicionamentos por não termos o estado de calamidade declarado, bem como, o beneficio requerido pelo servidor citado foi autorizado legalmente muito antes da vigência da Lei n° 173/2020.

É o parecer favorável.

Tangará da Serra-MT, 10 de Março de 2021.

LUCIANA DUARTE FELISBERTO Controladora Interna